

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE VETERINÁRIA**

**ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO
DOS ASSENTAMENTOS DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO
DE TUPANCIRETÁ, RS.**

Autora: Thais Michel

PORTO ALEGRE

2009/02

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE VETERINÁRIA**

**Acompanhamento da elaboração dos Planos de Recuperação dos Assentamentos dos
Projetos de Assentamentos do Município de Tupanciretã, RS.**

Autora: Thais Michel

**Monografia apresentada à Faculdade de
Veterinária como requisito parcial para a
obtenção de Graduação em Medicina
Veterinária**

Orientador: Prof. Saionara Wagner Araújo

Co-orientador: Prof. César Avancini

**Supervisor de campo: Méd. Vet. Rodrigo
Berttoni Cidade**

PORTO ALEGRE

2009/02

M623a Michel, Thais

Acompanhamento da elaboração dos planos de recuperação dos assentamentos dos projetos de assentamento do Município de Tupanciretã, RS. / Thais Michel - Porto Alegre: UFRGS, 2009/2.

44f.; il. – Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Veterinária, Comissão de Estágio, Porto Alegre, BR-RS, 2009/2. Saionara Wagner Araújo, Orient. , Cesar Augusto Marchionatti Avancini, Co-orient.

1. Reforma Agrária 2. Extensão Rural 3. Agricultura Familiar 4. Sustentabilidade 5. Assessoria Técnica I. Araújo, Saionara Wagner, Orient. II. Avancini, César Augusto Marchionatti, Co-orient. III. Título.

CDD 619

Catálogo na fonte
Preparada pela Biblioteca da Faculdade de
Veterinária da UFRGS

RESUMO

Diferentes formas de assistência técnica e extensão rural já foram praticadas no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Hoje, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dentro do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), monitora o atendimento das famílias assentadas, estimulando a construção do conhecimento de forma participativa entre assentados e técnicos de ATES. Entre as atividades previstas, está a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos (PDAs e PRAs). No Município de Tupanciretã (RS) cerca de 730 famílias assentadas em 17 Projetos de Assentamento recebem assessoria da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda (COPTec), sendo ela responsável pela elaboração dos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRAs) do Município. O relatório do PRA do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição foi o primeiro a ser finalizado pela equipe de ATES de Tupanciretã, servindo de base para construção dos demais PRAs. Durante o período de agosto, setembro, outubro e novembro de 2009, como parte das atividades realizadas durante o estágio curricular obrigatório do Curso de Veterinária, foi possível acompanhar as atividades da COPTec do Núcleo Operacional de Tupanciretã, participando das metodologias utilizadas na construção dos PRAs. Para cada assentamento da região, a COPTec gerou, em conjunto com as famílias assentadas, um relatório técnico onde foi possível identificar as potencialidades e limitações de cada assentamento, contendo informações que serão utilizadas para a elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamento. O presente trabalho desenvolveu-se com objetivo de relatar a experiência de acompanhamento da equipe de ATES durante a elaboração dos PRAs da região de Tupanciretã, que proporcionou um entendimento maior das relações sociais e produtivas das unidades familiares em seus assentamentos. O PRA se mostrou como importante instrumento norteador das atividades de ATES.

Palavras- chave: Reforma Agrária; Sustentabilidade; Assessoria Técnica; Extensão Rural; Diagnóstico Participativo; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Different forms of technical assistance and agricultural extension had been practised in the State of the Rio Grande do Sul (RS). Today, the National Institution of Colonization and Land Reform of the Federal Government (INCRA), in the Program of Technical, Social, and Environmental Advisory Body (ATES), monitorial the attendance of the families settled, stimulating the construction of the knowledge between seated and technician of ATES. Between the foreseen activities, it is the elaboration of the Plans of Development and Recovery of the Settlement (Planos de Desenvolvimento e Planos de Recuperação dos Assentamentos – PDAs e PRAs). In the City of Tupanciretã (RS), about 730 families distributed in 17 Settlement Projects are advice by "Cooperativa de Prestação de Serviços Tecnicos Ltda." (COPTec), being responsible it for the elaboration of the PRAs of these settlement. The report of the PRA of the Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição was the first one to be finished by COPTec technical staff of Tupanciretã, serving of base for construction of the another PRAs. During the period of August, September, October and November of 2009, as part of the activities carried during the period of training of the Course of Medicine Veterinary, it was possible to follow the activities of the COPTec of the Working Nucleous (groups) from Tupanciretã, participating of the methodologies used in the construction of the PRAs. For each settlement, the COPTec prepared, with settled families, a report technician where it was possible to identify to the potentialities and limitations from each settlement contend information that will be used for the elaboration of the Plan of Action for the Sustainable Development of the Projects of Settlement. The present work was developed with objective to tell the experience of accompaniment of the ATES technical staff during the elaboration of the PRAs from Tupanciretã, that provided a bigger agreement of the social and productive relations of the familiar units in settlement. The PRA if showed as important guide of the activities of ATES.

Key-words: *Agrarian Reform; Sustainable; Technical Assistance; Extension Rural Activity; Diagnosis Communitarian; Family Agriculture.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Vias de localização do Município de Tupanciretã (RS).....	25
Figura 2 -	Localização do PA Nossa Senhora da Conceição.....	29
Figura 3 -	Vegetação das áreas de uso coletivo do PA Nossa Senhora da Conceição.	31
Figura 4 -	Mapa de aptidão do uso agrícola das terras do PA Nossa Senhora da Conceição.....	32
Figura 5 -	Estradas internas do PA Nossa Senhora da Conceição.....	34
Figura 6 -	Posso artesiano do PA Nossa Senhora da Conceição.....	34
Figura 7 -	Centro Comunitário do PA Nossa Senhora da Conceição.....	39
Figura 8 -	Cancha de bocha do PA Nossa Senhora da Conceição.....	39
Figura 9 -	Igreja Católica do PA Nossa Senhora da Conceição.....	39
Figura 10 -	Casas existentes ao lado no Centro Comunitário do PA Nossa Senhora da Conceição.....	39
Figura 11 -	Construção da horta de plantas medicinais pelo grupo de mulheres do PA Nossa Senhora da Conceição.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quadro de metas estipulado pelo INCRA/RS para atuação das prestadoras de ATES em 2009.....	17
Tabela 2 -	Núcleos Operacionais de ATES no Rio Grande do Sul.....	18
Tabela 3 -	Composição dos Assentamentos do Núcleo Operacional de Tupanciretã.....	19
Tabela 4 -	Sistematização resumida do roteiro utilizado no levantamento de dados para elaboração dos PRAs.....	24
Tabela 5 -	Produção Anual do Assentamento Conceição – Renda Bruta.....	35
Tabela 6 -	Renda do Sistema de Produção Soja, Leite e Auto-consumo.....	35
Tabela 7 -	Renda do Sistema de Produção Leite e Auto-consumo.....	35
Tabela 8 -	Renda do Sistema de Produção Soja e Auto-consumo.....	35
Tabela 9 -	Renda do Sistema de Produção Soja, Leite, Auto-consumo e Venda da Mandioca.....	36
Tabela 10 -	Renda do Sistema de Produção Soja, Leite, Auto-consumo e Psicultura.....	36
Tabela 11 -	Créditos e Investimentos – PRONAF.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS, UNIDADES, SÍMBOLOS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas Populares
COPERTERRA	Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Km	Quilômetros
km²	Quilômetros quadrados
L	Litros
mm	Milímetros
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NO	Núcleo Operacional
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos
PRA	Plano de Recuperação dos Assentamentos
PRV	Pastoreio Racional Voisin
RS	Rio Grande do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ASSESSORIA TÉCNICA NA REFORMA AGRÁRIA	14
2.1	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (COPTEC)	18
3	PLANOS DE RECUPERAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS (PRAs)	21
3.1	Metodologia de Elaboração dos PRAs	22
4	DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO NÚCLEO OPERACIONAL DE TUPANCIRETÃ	25
5	PRA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	28
5.1	Caracterização Geral	28
5.2	Condições Físicas e Edafo-climáticas	29
5.2.1	Solos.....	29
5.2.2	Relevo.....	30
5.2.3	Recursos Hídricos.....	30
5.2.4	Uso do Solo e Cobertura Vegetal.....	30
5.3	Organização estrutural	33
5.4	Sistemas Produtivos	34
5.5	Serviços de Assistência Técnica	36
5.6	Serviços de Crédito	37
5.7	Serviços Sociais Básico	38
5.8	Sistematização das Informações	40
5.8.1	Análise das questões econômicas.....	40
5.8.2	Análise das questões ambientais.....	41
5.8.3	Análise das questões sociais.....	42
6	CONCLUSÕES	43
	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O surgimento de uma nova classe de trabalhadores rurais, oriundos de movimentos sociais de luta pela terra, deu origem a uma nova fase na assistência técnica no país. Para capacitação dos agentes envolvidos, com intuito de facilitar o diálogo com as famílias camponesas, foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Governo Federal, o Programa de Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES), tendo como público as famílias assentadas pelo Projeto Nacional de Reforma Agrária.

O Plano de Trabalho instituído pelo INCRA/RS para as prestadoras de serviços de ATES preconiza a utilização de metodologias participativas e de paradigmas que se baseiam nos princípios da Agricultura Familiar, com foco na Agroecologia, Cooperação e Economia Popular Solidária (BRASIL, 2008).

Entre as atividades previstas para as equipes de ATES está a elaboração dos Planos Desenvolvimento dos Assentamentos (PDAs) e dos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRAs), ambos com objetivo de apontar estratégias para melhorias para as famílias assentadas.

Dentre as prestadoras de serviços de ATES no Estado, a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (COPTTEC) está responsável pelo Núcleo Operacional de Tupanciretã onde presta assistência técnica, ambiental e social para a 730 famílias distribuídas em dezessete Projetos de Assentamentos no Município de Tupanciretã, sendo também responsável pela elaboração dos PRAs destes assentamentos.

A conduta adota pela COPTTEC de Tupanciretã na elaboração dos PRAs primou pela participação da equipe técnica nas atividades realizadas em conjunto com as famílias assentadas, com as instâncias de base e direção regional do MST. Como metodologia, as atividades foram divididas em etapas, começando pela sensibilização das famílias, seguida do levantamento de dados da situação dos assentamentos e da sistematização dessas informações, gerando documentos que subsidiarão os Planos de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamentos.

Dos produtos dos PRAs elaborados pela equipe de Tupanciretã, o primeiro a ser finalizado e que serviu de modelo aos demais PRAs, corresponde ao do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição. Este é um assentamento com quase dez anos de existência, onde residem 56 famílias assentadas, sendo considerado um dos mais organizados e produtivos do Núcleo Operacional de Tupanciretã.

O relatório do PRA do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição será utilizado no presente relato como modelo dos PRAs gerados pela equipe de ATES da COPTEC.

Foi buscando aprender sobre a aplicação de novas metodologias de assistência técnica e extensão rural para os movimentos sociais do campo, que a COPTEC foi escolhida para a realização do estágio curricular obrigatório, apresentado à Faculdade de Veterinária como requisito parcial para a obtenção de Graduação em Medicina Veterinária, tendo o Veterinário da equipe do Núcleo Operacional de Tupanciretã a função de supervisor de campo do estagiário.

Durante o período de agosto, setembro, outubro e novembro de 2009, como parte das atividades realizadas durante o estágio curricular obrigatório, foi possível acompanhar as atividades da COPTEC do Núcleo Operacional de Tupanciretã no cumprimento das metas do Plano de Trabalho do INCRA/RS e na aplicação das metodologias na síntese dos PRAs.

A elaboração dos PRAs mereceu um aprofundamento, uma vez que proporcionou ao estagiário verificar a situação das famílias assentadas e dos assentamentos da região, assim como as relações entre assistência técnica e assistidos. Este entendimento é visto como essencial para o futuro profissional que busca a realização de uma extensão voltada para aplicação de técnicas de aprendizagem mútua, que busquem realmente tratar das necessidades e vontades das famílias assessoradas, com respeito aos conhecimentos tradicionais e ao meio ambiente que os cerca.

O presente trabalho desenvolveu-se com objetivo de relatar a experiência obtida pelo estagiário ao acompanhar a equipe de ATES durante a elaboração dos planos para recuperações dos assentamentos do Município de Tupanciretã. Com autorização da equipe de ATES, serão transcritos alguns dos dados obtidos para a elaboração dos PRAs, principalmente do relatório do PRA do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição, a fim de que seja possível visualizar um modelo do primeiro produto obtido na construção dos PRAs. O presente relato reflete as observações feitas pelo estagiário ao analisar a metodologia proposta para síntese dos PRAs e o envolvimento famílias assentadas na construção desses documentos.

2 ASSESSORIA TÉCNICA NA REFORMA AGRÁRIA

Os problemas sociais do campo no Brasil foram agravados com o processo de intensa modernização da agricultura ocorrido nas últimas décadas. Esse modelo de produção, com base nas em concentrações de terra, promoveu a exclusão das famílias camponesas, agravando as desigualdades sociais no país (STÉDILE & FREI SÉRGIO, 1993).

Em resposta a este problema fundiário, camponeses do mundo todo vêm se organizando de diferentes formas, mas com o objetivo em comum de continuar na terra e dela garantir sua sobrevivência com dignidade.

Considerado mundialmente como o maior movimento social do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi oficialmente fundado em 1984 no Brasil, tendo como conjuntura três pilares fundamentais (STEDILE & FREI SÉRGIO, 1993): a contínua busca pela terra como garantia a sobrevivência; a realização de uma reforma agrária capaz de mudar a estrutura fundiária e que inclua a políticas agrícolas adequadas ao campesinato; e a busca por uma sociedade mais justa, através de uma reorganização política e social do povo.

Segundo dados do GIRARDI (2009), existiam até 2006 cerca de 913 mil famílias assentadas pela Reforma Agrária, distribuídas em 7.666 assentamentos no Brasil. Somente o Rio Grande do Sul possuía, até 2008, cerca de 12.300 famílias assentadas em 321 assentamentos distribuídos em 91 municípios gaúchos (INCRA, 2008). Estas áreas dos assentamentos estão sob responsabilidade do INCRA, órgão executivo de Política Fundiária e Reforma Agrária do Brasil.

As transformações sociais no campo também obrigaram o surgimento de profissionais capazes de compreender as necessidades das diferentes realidades do povo. Como exemplo disso, a assistência técnica à agricultores familiares, considerada uma política de governo fundamental para o desenvolvimento justo do campo, vem buscando a construção de metodologias participativas, capacitando os agentes extensionistas a irem além do domínio das técnicas, tornando-os educadores, na tentativa de fazer o “*aprendido tornar-se apreendido*”, como observado pelo grande educador brasileiro Paulo Freire (FREIRE, 1979).

Sendo uma das principais bandeiras do MST, a assistência técnica deve ter como objetivo a caracterização de um modelo de agricultura baseada nas relações de respeito com os camponeses e com sua cultura, reconhecendo a capacidade organizativa dos movimentos

rurais e seus conhecimentos tradicionais, bem como o estimulando aplicação de técnicas de produção sustentáveis, voltadas para a transição agroecológica.

A história dos assentamentos no Estado do Rio Grande do Sul revela que o acesso a terra possibilita geração de emprego, renda, moradia, alimentação, escola e melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas (INCRA/RS, 2008). No entanto, vários são os desafios encontrados por essas famílias nos Projetos de Assentamentos.

Em sua maioria, os locais destinados a reforma agrária tem pouca tradição na agricultura de base familiar, dificultando a viabilidade produtiva dos assentamentos. Também se deve compreender que estas famílias são fruto da exclusão e privação social, onde o histórico de baixa escolaridade dificulta o domínio de técnicas produtivas. A imagem equivocada gerada pela criminalização dos movimentos sociais também torna lento e penoso o processo de inclusão social e econômica na sociedade local.

Nestas condições desfavoráveis, é fundamental que as famílias recebam apoio técnico qualificado, de forma que construam referenciais sociais, produtivos e tecnológicos ajustados ao novo ambiente, e que respeitem os recursos naturais locais, aperfeiçoem o trabalho na atividade de produção e elevem o nível de conhecimento técnico, através da apropriação compartilhada com outros agricultores e entre os próprios beneficiados (INCRA/RS, 2008).

Sinalizando para um processo de desenvolvimento rural sustentável, fundado na democratização do acesso à terra e na potencialização da capacidade humana em tornar produtiva a estrutura fundiária, em 2003, o Governo Federal no papel do INCRA, cria o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES).

O Programa de ATES foi criado com o objetivo de envolver diversos aspectos inerentes ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, como crédito rural, capacitação, cooperação, organização, infra-estrutura, serviços sociais, cultura, sistemas de produção, mercado e comercialização, agroindustrialização e meio ambiente (BRASIL, 2008).

A execução do programa vem ocorrendo através de parceria ou contrato com instituições públicas, privadas, entidades de representação e coordenação de trabalhadores rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária.

Segundo Manual Operacional de ATES (BRASIL, 2008), estão entre os objetivos do programa:

- Atividades técnicas valendo-se dos princípios tecnológicos da agroecologia.
- Promoção da soberania e segurança alimentar.
- Formatos produtivos diversificados para geração de renda.

- Ações de educação ambiental nas escolas existentes nos assentamentos.
- Capacitação dos agricultores com base no saber popular (empírico) e no saber acadêmico (científico).
- Estratégias para a inserção na dinâmica do desenvolvimento territorial, buscando a aproximação da comunidade assentada com a dinâmica do município.
- Composição de equipes multidisciplinares para ações de ordem produtiva, ambiental e social.

Segundo o Plano de Trabalho proposto pelo INCRA/RS, também está sob responsabilidade das empresas de ATES a elaboração de planos estratégicos para a construção da viabilidade econômica e da soberania alimentar e nutricional das famílias assentadas. No caso de Projetos de Assentamentos novos, as equipes de ATES devem formular os *Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDAs)*. Já para assentamentos criados antes de 2003 ou que se encontram em estágios de estruturação ou em consolidação, deve ocorrer elaboração dos *Planos de Recuperação de Assentamentos (PRAs)*, revisando os PDAs existentes e apontando novas estratégias de desenvolvimento, assegurando complementarmente a recuperação do passivo ambiental, social e econômico inerente às áreas de reforma e desenvolvimento agrário.

Como metodologias propostas pelo Programa de ATES para 2009 estão previstas o cumprimento de metas de trabalho (**Tabela 01**), sendo elas identificadas como metas de caráter coletivo e individual e atividades não previsíveis. As atividades de caráter coletivo têm como objetivo guiar as ações técnicas, sociais, ambientais e de integração das políticas públicas e programas de ATES. Já as ações individuais, realizadas através de visitas técnicas, permitem a identificação das demandas de cada família assentadas e facilitam o entendimento da relação que as famílias possuem com sua unidade produtiva. As ações não previsíveis estão relacionadas às atividades de organização, de planejamento e articulação territorial, bem como as demandas não descritas no Plano de Trabalho para ATES (INCRA/RS, 2008).

Tabela 01 – Quadro de metas estipulado pelo INCRA/RS para atuação das prestadoras de ATES em 2009.

Metas	Período de Realização												
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J
Marco Zero – Reunião geral e nos assentamentos	X	X	X										
1) Elaboração de PDA				X	X	X	X	X	X				
2) Elaboração de PRA						X	X	X	X				
3) Reuniões bimestrais			X		X		X		X		X		
4) Capacitação para instalação de Unidade Demonstrativa	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
5) Capacitação nas escolas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6) Formação de catálogo de sementes							X	X	X	X	X	X	X
7) Ciclo de palestras sobre linhas produtivas										X			
8) Capacitação sobre manejo de pomar						X	X	X					
9) Campanha documentação da família				X			X			X			X
10) Oficinas de boas práticas de higiene e outros assuntos			X	X									
11) Oficinas sobre saneamento e destino do lixo										X	X		
12) Levantamentos das estruturas organizativas				X									
13) Engenheiro Agrônomo para área ambiental	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14) Palestras nas escolas sobre fontes de água	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15) Elaboração de projeto de recuperação de solos										X	X	X	
16) Reuniões sobre Licenças ambientais										X	X	X	
17) Pesquisa continuada de saneamento e destino do lixo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
18) Atividade com a PATRAM			X			X							
19) Planilha Quadrimestral de acompanhamento dos lotes			X					X					X
20) Seminário sobre matriz produtiva principal PDA/PRA											X		
21) Relatório trimestral sobre ações do Programa Terra Sol			X			X			X			X	

Fonte: INCRA/RS

Para implantação do Programa de ATES no Rio Grande do Sul, o estado foi dividido em dezoito Núcleos Operacionais (NO) conforme descrito na **Tabela 02**. Entre as prestadoras de ATES, a EMATER ficou responsável por nove núcleos, a COPTec por oito núcleos e o CETAP por um núcleo (INCRA, 2008).

Tabela 02 – Núcleos Operacionais de ATEs no Rio Grande do Sul.

Nº	Núcleo Operacional	Região
01	NO Júlio de Castilhos	Centro – Norte
02	NO Tupanciretã	Centro – Norte
03	NO Jóia	Centro – Norte
04	NO Sarandi	Centro – Norte
05	NO Palmeiras das Missões	Centro – Norte
06	NO Vacaria	Centro – Norte
07	NO Nova Santa Rita	Metropolitana
08	NO Eldorado do Sul	Metropolitana
09	NO Santana do Livramento	Fronteira Oeste
10	NO Fronteira Oeste	Fronteira Oeste
11	NO Candiota	Território Zona Sul
12	NO Hulha Negra	Território Zona Sul
13	NO Canguçu	Território Zona Sul
14	NO Pinheiro Machado	Território Zona Sul
15	NO Piratini	Território Zona Sul
16	NO Herval	Território Zona Sul
17	NO São Luiz Gonzaga	Missões
18	NO São Miguel das Missões	Missões

Fonte: INCRA/RS

2.1 Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. (COPTEC)

A Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda – COPTEC, é uma sociedade cooperativa de prestação de assessoria técnica em áreas de Reforma Agrária, fundada em 1996, com o propósito voltado ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos da Reforma Agrária existentes no Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre os trabalhos que realiza, deve-se destacar o acompanhamento e a orientação aos núcleos de famílias, assim como a elaboração de diagnósticos e projetos por meio do trabalho de assistência técnica e extensão rural junto as famílias assentadas, valendo-se sempre de metodologias participativas. Ainda elabora e acompanha a execução de convênios ou de projetos de crédito que envolva as famílias beneficiadas, segundo o encaminhamento das entidades competentes.

A COPTEC, dentro de suas atribuições de oferecer serviço de assistência técnica, social e ambiental às famílias assentadas, participou em dezembro de 2008 da licitação pública do INCRA, estabelecendo contrato para o ano de 2009. Entre as atividades está a elaboração de 15 PDAs e 122 PRAs, distribuídos entre os oito Núcleos Operacionais, sendo eles:

Tupanciretã, Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Candiota, Santana do Livramento, Pinheiro Machado, São Luiz Gonzaga, São Miguel. A COPTEC hoje tem sob sua responsabilidade a prestação de assessoria à 4.597 famílias assentadas nestes núcleos.

Mantendo como característica a formação de um grupo de profissionais diversificado desde sua origem, atualmente a COPTEC dispõem de técnicos nas áreas da Educação, Engenharia, Agronomia, Veterinária, Saúde, Administração, Sociologia, Biologia, Medicina, entre outros, com sede oficial localizada no Município de Nova Santa Rita/RS.

No Núcleo Operacional de Tupanciretã a COPTEC, presta assessoria à 642 famílias de produtores rurais de dezessete Projetos de Assentamento, todos localizados no Município de Tupanciretã (**Tabela 03**). O número real de famílias pode chegar a mais de 730 famílias, considerando também as famílias ainda não regularizadas pelo INCRA, mas que residem nos assentamentos da região e recebem assessoria.

Tabela 03 - Composição dos Assentamentos do Núcleo Operacional Tupanciretã.

Nome do Projeto de Assentamento	Nº famílias
Assentamento Banrisul I/ Estrela que Brilha	6
Assentamento Banrisul II	6
Assentamento Invernadas	28
Assentamento Invernadas das Mulas/ Nova Aliança	70
Assentamento Nossa Senhora de Fátima	64
Assentamento Santa Rosa	131
Assentamento São Domingos/ Nova Esperança	54
Assentamento São Francisco II	23
Assentamento Nova Várzea	17
Assentamento Estadual Conceição	53
Assentamento Estadual Conquista da Esperança	16
Assentamento Estadual Nossa Senhora Aparecida II	43
Assentamento Estadual Nova América	13
Assentamento Estadual Nova Conquista Mãe de Deus	9
Assentamento Estadual Nova Tupã	29
Assentamento Estadual Por do Sol	42
Assentamento Estadual Tupã II	38
Total	642

Fonte: INCRA/RS

O planejamento e o monitoramento das ações da COPTEC ocorre através de reuniões periódicas, onde são realizadas as avaliações dos trabalhos e do cumprimento das metas. Outras formas de monitoramento e acompanhamento são construídas conjuntamente com a Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. (COPERTERRA) e com a

Direção Regional do MST (Regional Paulo Freire), também através de reuniões, onde todas as entidades avaliam as ações coletivas e individuais dos técnicos das ATES, bem como as demandas surgidas nos assentamentos.

Entres as ações previstas para o Núcleo Operacional da COPTEC em Tupanciretã, assim como o cumprimento das metas previstas no Plano de Trabalho da ATES, também esta sob sua responsabilidade a elaboração dos 17 PRAs dos Projetos de Assentamento localizados no Município.

3 PLANOS DE RECUPERAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS (PRAs)

A elaboração do PRA tem como objetivo buscar estratégias de desenvolvimento de cada assentamento (neste caso assentamentos que não possuem ou não desenvolveram os Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos), de forma discutida e construída com as famílias e coordenações dos assentamentos e demais instituições parceiras.

A construção dos planos de recuperação envolve a busca por informações sobre o processo de planejamento da ocupação e da utilização das áreas, com base nas informações sobre os atuais serviços básicos de infra-estrutura física e social, com intuito de assegurar a recuperação do passivo ambiental, social e econômico inerente às áreas de reforma e desenvolvimento agrário do Estado (INCRA, 2008).

No período de julho a setembro de 2009, as equipes de ATES ficaram responsáveis pela viabilização do primeiro produto dos PRAs, com a elaboração do relatório técnico de cada Projeto de Assentamento. Com as informações obtidas na formulação dos PRAs, pode-se caracterizar as dimensões ambiental, institucional, econômica e social de cada assentamento, explicitando as principais condicionantes que possam influenciar no segundo produto, o Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento. Este plano dará origem a programas temáticos, subprogramas, que se materializarão em projetos e ações para as famílias assentadas.

Este segundo produto dos PRAs já está em fase de construção e, conforme descrito no cronograma das atividades de ATES, deveria ser concluído até novembro de 2009, porém existe a possibilidade de ser adiada sua finalização para março de 2010. Este aumento no prazo foi reivindicado pelas equipes da COPTec no intuito de garantir tempo suficiente para que as futuras ações sejam protagonizadas pelos assentados, para que os programas propostos representem a real necessidade das famílias e dos assentamentos, aumentando a chance de serem realmente concluídos.

A elaboração dos PRAs para as equipes de ATES ocorreu concomitante a realização das demais ações previstas no Plano Trabalho do INCRA. Para conciliar as atividades sem prejudicar o cronograma, a equipe da COPTec de Tupanciretã reorganizou suas demandas, destinando parte da equipe para o cumprimento das atividades de campo na busca pelos dados de cada assentamento, e parte restringindo-se as atividades do escritório, entre elas a elaboração dos relatórios escritos dos PRAs dos dezessete assentamentos por ela assistidos.

Devido ao período de realização de estágio curricular obrigatório na COPTEC ter ocorrido nos meses de construção dos PRAs, foi possível participar das etapas da elaboração do primeiro produto, verificando a aplicação da metodologia indicada pelo INCRA para realização desta atividade.

3.1 Metodologia de Elaboração dos PRAs

A construção do PRA deve priorizar o assentado, designando a ele o papel principal de protagonista de sua elaboração e execução. Diante disso, a conduta adotada pela COPTEC do Núcleo Operacional de Tupanciretã na elaboração dos PRAs, primou pela realização das atividades em conjunto com as famílias assentadas, as instâncias de base e a direção regional do MST.

Por se tratar de um planejamento que visa recuperar Projetos de Assentamento que estão em situação de estagnação, ou que suas famílias não estão conseguindo atingir o desenvolvimento sócio-econômico cultural sustentável, os planos abordam de forma objetiva os pontos críticos que estão contribuindo para esta causa, enfocando nas ações a serem implementadas ou nas correções do planejamento das atividades.

Na elaboração dos PRAs dos assentamentos de Tupanciretã, a COPTEC optou pela divisão das atividades em quatro etapas:

Etapa I) Sensibilização das famílias assentadas e constituição de uma coordenação do PRA, levando em consideração as lideranças locais já constituídas como também novos atores que mostraram interesse em contribuir com o êxito do trabalho.

Etapa II) Levantamento de dados da situação atual do assentamento, como também as potencialidades e as limitações, em reuniões entre coordenação do assentamento e equipe de ATES.

Etapa III) Realização do trabalho de campo com as famílias de acordo com a “tipologia de unidade de produção”, refletindo a diversidade produtiva do assentamento.

Etapa IV) Validação coletiva do trabalho, através da sistematização dos apontamentos realizados pelas famílias.

A estrutura básica indicada pelo INCRA/RS para elaboração dos produtos dos PRAs está descrita no Anexo III da Norma de Execução DD N^o71, de 12 de maio de 2008 (INCRA/RS, 2008).

Muitas informações, como a caracterização da região de influência dos assentamentos de Tupanciretã, puderam ser utilizadas a partir da leitura e interpretação das informações contidas nos Relatórios Ambientais (INCRA/RS, 2006), elaborados para concessão das Licenças da Instalação e Operação (LIO) de cada assentamento.

Conforme etapa I da metodologia, preconizou-se que as atividades fossem agendadas em acordo com as famílias de cada assentamento, porém, o que procedeu muitas vezes foi a participação pouco significativa dos assentados. Este fato dificultou o alcance correto dos objetivos dos PRAs, impossibilitando a verificação do retrato completo de cada assentamento e de sua situação. Uma das dificuldades também foi o cumprimento da agenda proposta, pois está muitas vezes as reuniões foram inviabilizadas pelas adversidades climáticas, que impossibilitaram o deslocamento da equipe e dos assentados até os locais das reuniões. Isso se agrava devido a grande distância da sede da COPTec entre diversos assentamento assistidos, e pelo estado precário das estradas de acesso ao eles, que ficam intransitáveis em dias de intempéries.

Na etapa II, onde ocorreu o levantamento dos dados em conjunto com os assentados, buscou-se a caracterização de cada assentamento, bem como o relato oral das diversas famílias presentes, seguindo o roteiro resumidamente descrito na **Tabela 04**.

As reuniões para levantamento das informações proporcionaram aos assentados a realização do resgate de sua própria história como camponês, possibilitando também a retrospectiva da situação de cada assentamento desde o momento em que foi destinada a concessão de uso das áreas às famílias.

Nas reuniões, o levantamento dos dados foi normalmente protagonizado pelas gerências locais de cada assentamento, mas foi possível verificar que estes momentos também serviram de abertura para assuntos até então não discutidos devidamente no coletivo.

A possibilidade de acompanhar estas reuniões, proporcionou momentos de grande aprendizagem, ao presenciar os relatos da luta pela terra de diversas famílias assentadas, acompanhando a evolução do grau de desenvolvimento individual e coletivo de cada unidade familiar produtiva, bem como do assentamento como um todo.

Os vários problemas e contradições que também foram relatados pelos assentados, que poderiam ser usados para questionar a viabilidade legal dos Projetos de Assentamentos, se mostraram mínimos se comparados a dignidade relatada pelas famílias após receberem suas lotes.

Tabela 04 – Sistematização resumida do roteiro utilizado no levantamento de dados para elaboração dos PRAs.

<i>Características</i>	Distância em relação a cidade Número de famílias atualmente assentadas Capacidade populacional
<i>Diagnóstico</i>	Caracterização dos tipos de solo
<i>Situação do Econômica e Cultural</i>	Histórico da luta pela terra Histórico do assentamento Organização e estrutura social e política do assentamento
<i>Infraestrutura Física, Social e Econômica</i>	Presença de escola, posto de saúde, posto telefônico, centro comunitário, campo de futebol, estradas, construções rurais de uso coletivo, barragem, energia elétrica
<i>Sistema Produtivos</i>	Matriz produtiva geral Mapeamento de agricultores por sistema de produção
<i>Serviços de Apoio a Produção</i>	Presença dos serviços de assessoria técnica, empresa privada, cooperativas Endividamento das famílias
<i>Serviços Sociais Básicos</i>	Educação e escolaridade e relação com idades e sexo Situação dos alunos (onde estudam, transporte escolar...)
<i>Saúde e Saneamento</i>	Sistema de Saúde do Município
<i>Acesso a Saúde</i>	Atendimentos nos Postos de Saúde Presença de assentado com necessidades especiais Existência de campanhas especiais para assentados
<i>Saneamento Básico</i>	Situação da água, banheiros Situação do lixo produzido: coleta e destinação
<i>Cultura e Lazer</i>	Existência de áreas comunitárias e suas estruturas (comunidade, igreja, grupo de mulheres, bailes, torneios)
<i>Habitação</i>	Tipo de habitação (madeira, alvenaria, barracos) Banheiros com fossa ou não

Fonte: INCRA

4 DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO NÚCLEO OPERACIONAL DE TUPANCIRETÃ

Como parte do primeiro produto gerado na elaboração dos PRAs dos dezessete assentamentos do Núcleo Operacional, foi realizada uma compilação de dados sobre o Município de Tupanciretã, com intuito de descrever a região onde estão inseridos os Projetos de Assentamento, bem como analisar as influências das características regionais sobre cada assentamento. Para isso foram utilizados informações dos Relatórios Ambientais para aquisição da LIO dos Projetos de Assentamento de Tupanciretã e da dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Município de Tupanciretã possui área total de 2.253,1 km² e tem como principais vias de acesso as BR 377 e 158, ficando 389 km de distância de Porto Alegre (**Figura 01**). Sua sede está localizada nas coordenadas geográficas 29°04'51.6" de latitude Sul e 53°50'9,6" de longitude Oeste, a 465m de altitude, na Região do Planalto Médio (FORTES, 1979).



Figura 01 - Vias de localização do Município de Tupanciretã (RS). Fonte: INCRA (2008)

O clima de Tupanciretã é considerado subtropical, com temperaturas médias entre 18 e 19°C e precipitação média anual entre 1500 e 1800 mm. O relevo é predominantemente ondulado de média intensidade. Nota-se a presença de depressões com drenagem impedia. Os solos são mediamente profundos a profundos, na grande maioria são bem drenados e

apresentam argila de baixa atividade. Predominam solos de baixa fertilidade natural, tendo baixo a valores de soma e saturação de bases.

A rede de drenagem está distribuída em quatro bacias hidrográficas, a do Rio Ibicuí, a do Rio Ijuí e a dos Rios Butuí-Piratinim-Icamaquã (pertencentes à região hidrográfica do Uruguai), e a do Alto Jacuí (região hidrográfica do Guaíba). Os principais rios que drenam o município de Tupanciretã são o Jaguari, o Ijuizinho e o Ivaí. A maior parte dos Projetos de Assentamento localiza-se na porção nordeste do município, sobre a bacia hidrográfica do Rio Ijuí. Na bacia hidrográfica do Alto Jacuí encontram-se dois Projetos de Assentamento, PA Santa Rosa e o PA Invernada. Sobre a bacia hidrográfica do Rio Ibicuí, que ocupa a maior área do município, se encontram o PA Banrisul II e o PA São Francisco II.

Tupanciretã está inserida no Bioma Pampa e, segundo FORTES (1979), seus campos são correspondentes à Savana-Estépica, e suas matas à Floresta Estacional Decidual. Hoje as áreas de floresta que ali existiam foram convertidas em lavouras e áreas de pastagem, restando da cobertura original, 15,7% sob baixo impacto antrópico e 84,3% sob impacto antrópico significativo. O principal impacto deve-se à agropecuária (INCRA/RS, 2008).

Devido as características climáticas, o zoneamento agrícola (ZA/RS de 1978), aponta como culturas preferenciais para o Município: alfafa, arroz irrigado, citrus (bergamota e limões), milho, pessegueiro (leste), soja, trigo, forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio, etc, a leste). É tolerado o cultivo de citrus (laranja), fumo (leste), mandioca, pessegueiro (oeste), sorgo e videira americana (leste), forrageiras de clima temperado (aveia, azevém, centeio, etc, ao norte e oeste) e forrageiras de clima tropical e subtropical. O município é considerado marginal para as culturas de batatinha, alho e cebola, feijão, fumo (oeste), videira americana (oeste), videira européia (vinho), e inapto para abacaxi, banana.

Nos dias atuais as lavouras de soja expandiram sobre vários fragmentos de floresta que haviam restado. Nem os campos nativos, outrora utilizados para a criação de gado, escaparam, sendo raro encontrar estes tipos de formação nativa (os típicos campos de barba-de-bode) na região. As partes ainda preservadas apresentam-se, na maioria das vezes, mal manejadas, com elevada carga animal, o que causa a redução e o desaparecimento de espécies, ficando mais evidente entre as espécies preferidas pelos animais (INCRA/RS, 2006).

Os sistemas atualmente utilizados, como o plantio direto e integração lavoura-pecuária, são menos danosos do ponto de vista de degradação do solo que o cultivo convencional e a monocultura sem rotação utilizados há alguns anos, mas ainda assim causam degradação do ambiente. A exploração atual permite a poluição das águas por partículas de solo em

suspensão e defensivos agrícolas freqüentemente utilizados, além de eliminar completamente as espécies nativas, tanto campestres quanto florestais. A utilização freqüente de herbicidas de amplo espectro e a não utilização da técnica de pousio torna impossível o repovoamento e ressemeadura das espécies, excluindo-as permanentemente das áreas cultivadas (INCRA/RS, 2006).

Fundado no ano de 1928, o Município de Tupanciretã caracterizou-se pela presença de grandes fazendas de produção pecuária. Este cenário foi alterado, como resultado a crise na produção animal, para produção de grãos, que tornou o município um dos maiores produtores de soja do Brasil na atualidade (IBGE, 2006). Neste contexto, parte de suas terras foram destinadas a Reforma Agrária, dando origem aos dezessete assentamentos existentes atualmente no local, incrementando a produção familiar do Município.

O PIB de Tupanciretã, em 2006, foi de R\$ 347.278.000,00 e de R\$ 15.698,00 *per capita*, destacando-se, entre as atividades econômicas, o “Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos” como a principal atividade em número de unidades locais, de pessoal ocupado e pessoal ocupado assalariado.

Como atividade agropecuária que mais adiciona riqueza ao município, destaca-se a produção de soja, seguida da produção do trigo, milho e mandioca. A produção de leite, por habitante é 142,27% maior que a do Estado, no entanto, a produção por quilômetro quadrado é 35,40% inferior a do Estado.

A matriz produtiva encontrada nos Projetos de Assentamento do Município tem como base a produção de grãos (de soja, principalmente) e de leite. A comercialização dos grãos é feita por grandes empresas do ramo da região, e a produção leiteira pela Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra Ltda. (COPERTERRA) e outras empresas que recolhem leite na região.

Estando entre os maiores municípios gaúchos quanto ao território de abrangência (IBGE, 2008), Tupanciretã apresenta a peculiaridade de possuir cerca de 3 mil km de estrada de chão, que, na grande maioria, não apresentam condições favoráveis ao deslocamento, inclusive isolando comunidades em dias de chuvas. Este fato resulta em prejuízos para os produtores assentados, dificultando o escoamento das produções geradas no campo e o deslocamento dos moradores entre a área urbana e rural da cidade.

5 PRA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Dos dezessete relatórios dos PRAs elaborados pela equipe de ATES de Tupanciretã, o primeiro a ser finalizado e que serviu de modelo aos demais relatórios, foi o do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição.

Este é um assentamento com quase dez anos de existência, onde residem 56 famílias assentadas, sendo considerado uns dos assentamentos mais organizados e produtivos do Núcleo Operacional de Tupanciretã.

No presente estudo ele servirá de demonstrativo sobre os PRAs, sendo suas informações resumidamente descritas, baseadas no próprio relatório do Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição, elaborado pela COPTEC do Núcleo Operacional de Tupanciretã, encaminhado ao INCRA/RS em setembro de 2009 para publicação.

O fato desse assentamento ter sido o mais visitado durante o período do estágio curricular obrigatório, também influenciou na escolha de utilizar seu relatório do PRA para ser descrito neste relato. O estágio possibilitou observar os bons índices produtivos de algumas das famílias assentadas no Assentamento Nossa Senhora da Conceição em relação a atividade leiteira e a preocupação de investir nesta categoria, dados que foram comprovados no estudo do seu PRA.

5.1 Caracterização Geral

O Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição foi oficialmente criado no ano de 2000. Antes de ser destinada a Reforma Agrária, a área possuía 400 hectares de lavoura com produção de grãos, em especial a soja, campo com criação de gado de corte e leiteiro (30 animais), com apenas três funcionários responsáveis. Hoje, residem no Projeto de Assentamento 56 famílias, sendo a grande maioria originária da zona rural dos Municípios de São Miguel das Missões, Vitória das Missões, Cruz Alta, Tupanciretã, Jóia, Redentora, Nonoai, Ronda Alta, Gramado Loureiro.

O assentamento possui área total de 1.272 hectares e dista 36 km de sede administrativa de Tupanciretã (**Figura 02**). Com relação a caracterização legal das áreas, o assentamento possui 38,5 hectares destinados as Áreas de Preservação Permanente (APPs), destes 21,6 hectares ainda encontram-se preservados, sendo caracterizada pela presença de mata nativa

denominada pela comunidade como “Capão do Bugio” (por ser habitada historicamente por um grupo familiar de bugios, primatas silvestres nativos das áreas florestas das região). Apesar da indicação exigida na LIO, onde 20% da área do assentamento deveria ser destinada a Área de Reserva Florestal Legal (cerca de 254,4 ha), não há áreas devidamente averbadas destinadas a este fim até o momento.

A área média de cada lote familiar é de 17,1 hectares, porém 286,6 hectares são considerados áreas de exploração comunitária, que apresentam grande potencial para se tornarem a Reserva Legal exigida pela LIO.

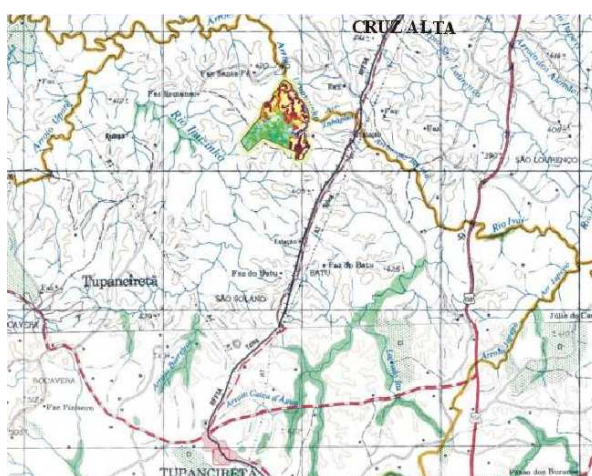


Figura 02 – Localização do PA Nossa Senhora da Conceição.
(Fonte: INCRA, 2006)

5.2 Condições Físicas e Edafo-climáticas

Os próximos dados foram obtidos do Relatório Ambiental elaborado para aquisição da LIO do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição (INCRA, 2006).

5.2.1 Solos

O solo da região é predominantemente constituído de argilas não expansivas e óxidos de ferro, com textura argilosa para média e arenosa, sendo estas últimas muito frágeis, degradando-se com o manejo e apresentando problemas de retenção de água e nutrientes. São solos quimicamente pobres, necessitando de adubação (preferencialmente orgânica) e correção para obtenção de bons rendimentos. Nas cabeceiras de drenagem ocorrem solos mal

drenados de textura arenosa, que apresentam fortes limitações de uso. Devido a existência de nascentes, deveriam ser mantidos sob vegetação nativa e/ou florestadas.

5.2.2 Relevô

Na maior parte do Assentamento Nossa Senhora da Conceição o relevô é suave ondulado a ondulado, formado por um conjunto de coxilhas com topos amplos e pendentes em centenas de metros, com declividades variando de 2 a 12%. Nas proximidades de arroios internos e na transição da área de coxilhas para estes, as declividades podem, em pequenas áreas, chegar a 25%. Pequenas várzeas, em relevô plano, ocorrem ao longo dos sistemas de drenagem.

5.2.3 Recursos Hídricos

Para haver água para ser utilizada pelas famílias, com qualidade e em quantidade satisfatória, foi realizada a perfuração de poço tubular profundo. Segundo descrito na LIO, caso este não supra a demanda dos assentados, fica recomendada a instalação de novos poços, que deverão ser perfurados e revestidos, devido a textura arenosa dos solos. A escolha do local também deverá obedecer critérios técnicos minuciosos, para que o investimento se torne uma estrutura coletiva e eficiente, suprimindo o déficit de água de todo o assentamento. É preciso também conciliar estes dados com as condições locais de infra-estrutura como energia elétrica, cota do poço e do reservatório. Recomenda-se que tanto os poços, como o reservatório, devem ser locados nas cotas mais altas dos lotes, para facilitar a distribuição por gravidade para todo o assentamento.

5.2.4 Uso do Solo e Cobertura Vegetal

As áreas de florestas que ainda restam no Projeto de Assentamentos, estão restritas a pequenas faixas ciliares ao longo dos sistemas de drenagem, limítrofes com outras propriedades. Nas áreas de exploração, os solos são em geral arenosos e mal drenados, ainda com formações de campo nativo. Devido as fortes limitações destas áreas, elas podem ser usados apenas com pastagens extensiva, razão porque foram delineadas como áreas de exploração coletiva (**Figura 03**).



Figura 03 – Vegetação das áreas de uso coletivo do PA Nossa Senhora da Conceição.
(Fonte: INCRA, 2006)

Na LIO (INCRA/RS, 2006), a distribuição das classes de aptidão agrícola das terras está descrita da seguinte maneira (e ilustrada na **Figura 04**):

“...verifica-se que 526,6 hectares ou 41,4% da área total do Assentamento Nossa Senhora da Conceição é representada por terras com aptidão para lavouras de verão e inverno, pertencentes as classes de aptidão de uso Ite, Ita e Ite (Lepsch et all, 1983, Klingebiel e Montgomery, 1961), onde ocorrem respectivamente Latossolo Vermelho textura média a argilosa, Nitossolo Vermelho textura argilosa e Argissolos Amarelos e Plintossolos. Estas, acrescidas de áreas com aptidão para lavoura, alternadas com culturas permanentes, que constituem as classes IVe, IVse e IVs, também ocupadas por Latossolos e Notossolos Vermelhos e por Argissolos Vermelhos distróficos espessarênicos e Neossolos Quatzarênicos e que ocupam 177,8 hectares ou 14% da área, com maiores limitações devido ao relevo mais acentuado e textura arenosa, e solos da classe IVa e IVsa, que ocupam 144 hectares ou 11% também aptas para culturas anuais, alternadas com culturas permanentes constituídos de Gleissolos e Planossolos Arênicos, cuja principal limitação é má drenagem, somam 848,4 hectares ou 66,4% da área com aptidão para agricultura com maior ou menor intensidade. Para uso com culturas permanentes, aptas para pastagem, reflorestamento, constituídas das Classes Va (Gleissolos e Neossolos Quartzarenicos), VIe e Vise (Latossolos Vermelhos e Argissolos Vermelhos espessarênicos em declividades acentuadas) e VIIsae (Planossolos arenicos, Neossolos Quartzar~enicos), que ocupam 415,4 hectares ou 35% da área complementam a distribuição dos solos neste assentamento. Como áreas de preservação permanentes, classe VIII, foram mapeados 38,5 hectares.”

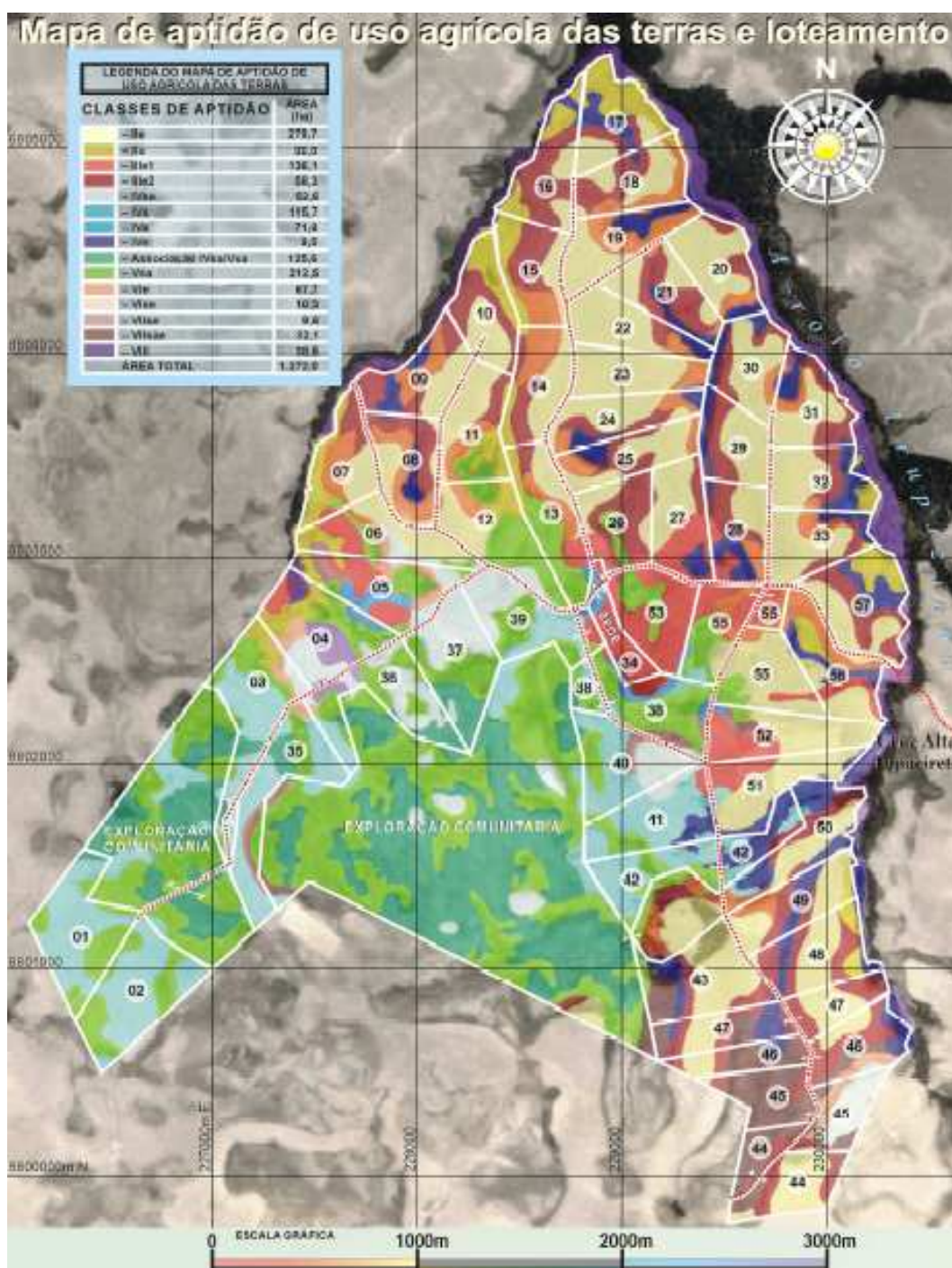


Figura 04 – Mapa de aptidão do uso agrícola das terras do PA Nossa Senhora da Conceição. (Fonte: INCRA, 2006)

Estas descrições permitem concluir que a utilização das terras para produção de grãos (milho, feijão, soja, sorgo, trigo, etc.), com vistas à comercialização, são atividades potenciais para os assentamentos da região. Por outro lado, as terras aptas para pastagens naturais melhoradas, permitem a produção leiteira, mas para dinamizar esta exploração é necessário o

cultivo de pastagens nas terras de aptidão para grãos, como a consorciação de gramíneas e leguminosas, que permitem o pastoreio por vários anos, quando corretamente manejadas.

A atividade leiteira, largamente desenvolvida nas unidades produtivas do assentamento, já era apontada como adequada, pois se desenvolve bem em pequenas áreas, utiliza mão-de-obra familiar e representa uma renda mensal para as famílias, seja na venda do leite, como dos derivados. Outra indicação é a comercialização de hortaliças e de frutíferas, que além de apresentar alto rendimento econômico, também pode ser realizada em pequenas áreas.

Nas áreas de maior declive, além de pastagem natural, podem ser plantadas florestas junto à áreas de lavoura e das construções, na forma de “quebra-ventos”, para a produção de lenha e de madeira para construções.

Considerando que na região ocorrem períodos de estiagem, recomenda-se a construção de pequenos açudes em lugares adequados, para o armazenamento de água nos períodos chuvosos, visando suprimento para os animais e irrigação.

5.3 Organização estrutural

Segundo as informações descritas no Relatório do Plano de Recuperação do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição (INCRA, 2009), as 56 famílias do Assentamento Nossa Senhora da Conceição se organizam em cinco grupos de base, cada grupo com um representante na coordenação local e um membro da coordenação regional.

Estas famílias somam 170 pessoas distribuídas nas seguintes classes: 52 são crianças, 10 são jovens, 100 são adultos e 08 idosos. Quanto a divisão por sexo tem-se: 87 do sexo masculino e 84 do sexo feminino.

Com relação a infra-estrutura, os assentados classificaram como ruins a situação das estradas de acesso ao assentamento e aos lotes (**Figura 05**). Duas, das 56 famílias, ainda não tem acesso à rede elétrica do assentamento. O acesso à água potável é através de um poço artesiano utilizado por todas as famílias (**Figura 06**).



Figura 05 – Estradas internas do PA Nossa Senhora da Conceição.



Figura 06 – Poço artesiano do PA Nossa Senhora da Conceição

Até o momento foram investidos cerca de R\$250 mil reais em benfeitorias, entre estradas internas (R\$ 24.000,00, sob responsabilidade do INCRA), rede de luz (R\$ 129.600,00), rede de água (R\$ 35.000,00, sob responsabilidade da Prefeitura), poço artesiano (R\$ 51.341,00, sob responsabilidade do INCRA) e construção da Igreja (R\$ 7.000,00).

5.4 Sistemas Produtivos

Desde sua implantação, as famílias do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição demonstraram aptidão para produção leiteira, provavelmente, tendo essa característica relação com suas origens na agricultura familiar. Com a criação da COPERTERRA, a cooperativa do MST para fomento de produção de leite na região, este sistema ainda foi intensificado no assentamento.

Entre os principais sistemas produtivos, além da produção leiteira, destaca-se a produção para auto-consumo, a soja, a mandioca e a piscicultura (**Tabela 05**).

Tabela 05 – Produção Anual do Assentamento Conceição – Renda Bruta

Produtos	Nº de famílias	Nº de ha	Produtividade/há	Produção Total	Valor (R\$)
Soja (sacas/ha)	54	6	35	11340	510.300,00
Leite (l/ano)	47	9	2836,879433	1200000	660.000,00
Mandioca (kg/ano)	1	1,2	9600	11520	9.216,00
Psicultura (kg/ano)	1	1	1600	1600	4.000,00
Auto-consumo	54	1	-----	-----	514.836,00

Fonte: COPTEC/Tupanciretã

Na sistematização do PRA pela COPTEC de Tupanciretã, as atividades de produção foram divididas em cinco sistemas, conforme as **Tabelas 06 a 10**. Cada tabela descreve os diferentes tipos de sistemas existentes no Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição, discriminando o número de famílias envolvidas, a produção e as rendas mensais e anuais por família.

Tabela 06 – Renda do Sistema de Produção Soja, Leite e Auto-consumo.

Produtos	Nº de Famílias	Produção	Renda Anual Família (R\$)	Renda Mensal Família (R\$)
Soja (saca/ha)	47	210	9450,00	787,5
Leite (l/ano)	47	25531,91	14042,55	1170,21
Auto-consumo	47		9534,00	794,5
Renda Total por família			33026,55	2752,21

Fonte: COPTEC/Tupanciretã

Tabela 07 – Renda do Sistema de Produção Leite e Auto-consumo.

Produtos	Nº de Famílias	Produção	Renda Anual Família R\$	Renda Mensal Família R\$
Leite (l/ano)	1	25531,91	14042,55	1170,21
Auto-consumo	1		9534,00	794,5
Renda Total por família			23576,55	1964,71

Fonte: COPTEC/Tupanciretã

Tabela 08 – Renda do Sistema de Produção Soja e Auto-consumo.

Produtos	Nº de Famílias	Produção	Renda Anual Família R\$	Renda Mensal Família R\$
Soja (saca/ha)	6	210	9450,00	787,5
Auto-consumo	6		9534,00	794,5
Renda Total por família			18984,00	1582,00

Fonte: COPTEC/Tupanciretã

Tabela 09 – Renda do Sistema de Produção Soja, Leite, Auto-consumo e Venda da Mandioca.

Produtos	Nº de Famílias	Produção	Renda Anual Família R\$	Renda Mensal Família R\$
Soja (saca/ha)	1	210	9450,00	787,5
Leite (l/ano)	1	25531,91	14042,55	1170,21
Auto-consumo	1		9534,00	794,5
Mandioca (kg/ano)	1	11520	9216,00	768,00
Renda Total por família			33026,55	3520,21

Fonte: COPTec/Tupanciretã

Tabela 10 – Renda do Sistema de Produção Soja, Leite, Auto-consumo e Psicultura.

Produtos	Nº de Famílias	Produção	Renda Anual Família R\$	Renda Mensal Família R\$
Soja (saca/ha)	1	210	9450,00	787,5
Leite (l/ano)	1	25531,91489	14042,55	1170,212766
Auto-consumo	1		9534,00	794,5
Psicultura (kg/ano)	1	1600	4000,00	333,3333333
Renda Total por família			33026,55	3085,546099

Fonte: COPTec/Tupanciretã

Conforme destacado nas tabelas acima, o sistema que está mais consolidado e que abrange o maior número de famílias no assentamento é a produção de soja, leite e auto-consumo. Porém, no que se refere a geração de renda, o sistema mais diversificado de produção mostrou ser mais rentável, como no caso das famílias que produzem mandioca ou peixes, além da soja, leite e auto-consumo.

5.5 Serviços de Assistência Técnica

A COPTec atua neste Projeto de Assentamento através dos técnicos do Núcleo Operacional de Tupanciretã, que prestam assistência técnica à produção, ao meio ambiente e a orientação a partir das demandas sociais relatadas pelas famílias assentadas, conforme estabelecido pelo Programa de ATES do INCRA/RS.

Além das atividades da COPTec, encontra-se em execução hoje nas áreas de assentamentos diversos convênios estabelecidos entre instituições públicas e empresas sociais, como é o caso do Projeto Leite Sul. Este programa prevê a capacitação dos assentados para produção de leite a base de pasto, através da utilização do Sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV).

Há o Programa SOMAR (Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica), fruto de convênio INCRA-RS e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), para prestar assistência técnica as agroindústrias que beneficiam as famílias do assentamento. Existe ainda a atuação do convênio entre INCRA-RS, Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal (FAPEG) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que tem como objetivo qualificar a atividade produtiva dos assentamentos rurais do RS, em prol do desenvolvimento sustentável. O Programa TERRA SOL, através de convênio com a COPERTERRA, auxilia no desenvolvimento da cadeia produtiva do leite dos produtores assentados da região.

Aos representantes do INCRA/RS da região, cabe o serviço de fiscalização do trabalho da ATES, na implantação, execução e desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos, bem como a fiscalização do trabalho da Patrulha Agrícola.

5.6 Serviços de Crédito

As famílias do assentamento tiveram um apoio inicial no valor de R\$ 400,00, que foi aplicado na aquisição de calcário e em recuperação de solos. Cerca de 54 famílias acessaram crédito no valor de R\$ 4.800,00 do programa de habitação e R\$ 2.600,00 para aquisição das ferramentas de trabalho.

A utilização do PRONAF, conforme descrito na **Tabela 11**, foi destinada principalmente na implantação e consolidação da atividade leiteira, na aquisição de equipamentos e instalações, na recuperação dos solos, na aquisição de tratores e na melhoria de pastagens. Outro programa de crédito acessado pelos assentados foi o “Programa Mais Alimentos”, sendo os recursos investidos na aquisição de tratores.

Atualmente aproximadamente 60% das famílias que acessaram os recursos do PRONAF estão em situação de inadimplência.

Tabela 11 – Créditos e Investimentos – PRONAF.

Linha do Pronaf	Nº Produtores	Valor R\$	Valor Total R\$
A	54	12.000,00	64.8000,00
C	44	6.000,00	26.4000,00
D	16	18.000,00	28.8000,00
D + 50%	2	9.000,00	18.000,00
Mais Alimento	1	79.000,00	79.000,00
Total de Investimento			1.297.000,00

Fonte: COPTEC/Tupanciretã

5.7 Serviços Sociais Básicos

As famílias do Assentamento Nossa Senhora Conceição foram descritas, de acordo com o grau de instrução escolar, em:

- Alfabetizadas: 6% da população do assentamento (7 pessoas).
- Primeiro Grau Incompleto: 78% da população do assentamento (93 pessoas).
- Primeiro Grau Completo: 6% da população do assentamento (7 pessoas).
- Segundo Grau Completo: 9% da população do assentamento (11 pessoas) .
- Terceiro Grau Ensino Superior: 1% da população do assentamento (1 pessoa).

Com base nisso, podemos concluir como baixo grau de escolaridade das famílias do Assentamento Nossa Senhora da Conceição, tendo a maioria acesso a educação apenas até o ensino fundamental e de forma incompleta. A escola mais próxima do assentamento só possui ensino fundamental e não há pré-escola. Para os que precisam fazer ensino médio, este é oferecido apenas na cidade de Tupanciretã.

A realidade dos serviços de saúde no assentamento é caracterizada pela falta de atendimento médico e dentário, tanto preventivo (como é o caso do programa Saúde da Família), como de emergência, havendo a necessidade de deslocamento das pessoas até a sede do Município, distante 40 Km. Para esse deslocamento os assentados necessitam pegar ônibus ou fretar carros. Agravando essa situação, no Posto de Saúde da cidade o atendimento se dá mediante distribuição de fichas por ordem de chegada (até as 9:30h). Como a distância é longe e o ônibus não passa cedo, os assentados acabam perdendo as fichas e não são atendidos.

Já com relação as atividades sociais de lazer, o assentamento conta com um centro comunitário composto por um campo para a prática de futebol e uma cancha de bocha (**Figuras 07 e 08**). Embora se desenvolvam atividades como torneios de futebol, bocha ou bolãozinho, nos últimos meses de 2009 poucas atividades tem acontecido, devido ao estado precário destes espaços, em especial do campo de futebol.



Figura 07 – Centro Comunitário do PA Nossa Senhora da Conceição.



Figura 08 – Cancha de bocha do PA Nossa Senhora da Conceição

Nos assentamentos de Tupanciretã são organizados também bailes e festas com frequência. Também há no município a chamada “Olimpíada Rural”, que há mais de uma década vem envolvendo praticamente o conjunto das comunidades rurais do Município.

O assentamento ainda possui uma Igreja Católica (**Figura 09**), localizada ao lado do Centro Comunitário. No entorno, ainda existem duas casas (**Figura 10**), sendo uma delas utilizada pelo grupo de mulheres do assentamento para realização de atividades coletivas, como cursos e capacitações, principalmente sobre confecção de artesanatos e trabalhos com plantas medicinais (**Figura 11**), muitos vezes ministrados pela equipe de ATES.



Figura 09 – Igreja Católica do PA Nossa Senhora da Conceição.



Figura 10 – Casas existentes ao lado no Centro Comunitário do PA Nossa Senhora da Conceição.



Figura 11 – Construção da horta de plantas medicinais pelo grupo de mulheres do PA Nossa Senhora da Conceição.

As moradias do assentamento foram consideradas pela maioria das famílias com estado relativamente bom. Das cinquenta e seis moradias do assentamento, cinquenta e quatro são de alvenaria e duas de madeira. Do total das moradias, cinquenta e duas têm banheiro completo e quatro não. Em relação ao escoamento dos dejetos, cinquenta e duas famílias tem “poço negro”. Face a essa realidade, em 2009 foi elaborado um projeto para recuperação de vinte e sete dessas moradias, no valor R\$ 9.000,00 por casa, com ênfase na destinação correta dos dejetos.

5.8 Sistematização das Informações

Ainda com base no relatório elaborado pela equipe da COPTEC sobre o PRA do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição (INCRA/RS, 2009), algumas análises foram formuladas diante dos dados obtidos, com o objetivo de caracterizar as dimensões ambiental, institucional, econômica e social do assentamento, explicitando as principais limitações, potencialidades e condicionantes, que possam na construção do Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento.

5.8.1 Análise das questões econômicas

A primeira conclusão possui relação com questão da produção e renda. Com base nas informações obtidas no levantamento, duas culturas se destacaram como praticadas pela quase totalidade das famílias, o cultivo da soja e a atividade leiteira.

A renda anual da produção leiteira é significativamente maior que a da soja, sendo elas R\$ 660.000,00 e R\$ 510.300,00 respectivamente (dados da safra 2008/2009). Este fato contradiz a expectativa normalmente relacionada a produção de grãos, como soja, característica na região. No entanto, as famílias que apresentaram maior renda quando comparadas às demais famílias do assentamento, foram as duas que optaram pela diversificação no sistema produtivo, utilizando leite/soja/mandioca ou leite/soja/piscicultura, além da produção para subsistência. A mandioca acrescentou uma renda anual de R\$ 4.000,00 e a piscicultura de R\$ 9.216,00.

Assim é possível afirmar que a potencialidade deste assentamento está na diversificação das atividades e culturas de produção. Porém, deve-se salientar como limitação a questão da comercialização dos produtos. No caso do leite e da soja, existe a total dependência dos complexos agroindustriais para beneficiamento, já no da piscicultura e mandioca, a limitação está na distância física entre o assentamento e o mercado consumidor, e também pela organização da comercialização, ainda incipiente.

A produção para auto-consumo gera uma economia de renda no valor de R\$ 514.836,00 por ano, que deixa de ser gasto pelos assentados e que portanto podem ser aplicada para outros fins. Os principais produtos destinados ao auto-consumo (incluindo alimentação humana e animal) são mandioca, batata-doce, carne, leite, ovos, hortaliças e frutas.

5.8.2 Análise das questões ambientais

Nas questões ambientais, as características dos solos do assentamento constituem um limitante para as famílias, devido à grande diversidade de classes e ao uso inadequado pela intensidade dos sistemas produtivos, principalmente soja e leite, ambos ainda com alto uso de insumos químicos.

As áreas destinadas as APPs totalizam apenas 38 hectares, compostas basicamente por matas ciliares. As áreas de uso comunitário possuem alto potencial para conservação da biodiversidade local, pois são compostas por capão florestado e partes de campo nativo, e uma área de várzea, que vem sendo utilizada indevidamente na atividade agrícola. Ainda não

possuem área averbada de Reserva Legal, sendo este impasse que precisa ser resolvido, segundo a LIO.

Estes dados comprovam a necessidade de capacitação dos assentados para uso de técnicas mais adequadas as características ambientais, como vindo sendo preconizado no Plano de Trabalho de ATES. Já é possível verificar os efeitos nocivos da intensa exploração indevida dos recursos naturais, resultando na diminuição da capacidade produtiva de algumas culturas na forma com vem sendo realizadas. Além disso, ainda existem os riscos referentes às questões legais, como a perda da LIO por uso indevido de algumas áreas para exploração, que pode vir a ocorrer, inviabilizando os projetos de crédito para as famílias.

5.8.3 Análise das questões sociais

Com relação a situação dos serviços sociais básicos (saúde, estradas, educação e organização do assentamento), um dos fatores que contribui para dificultar as melhorias necessárias, é a precariedade das estradas de acesso externo e internas do assentamento, devido principalmente a falta de manutenção.

Outro fator é a falta de atendimento dos assentados pelo Programa Saúde da Família (PSF). A situação agrava-se ainda pelo fato das famílias não terem uma unidade básica de saúde de referência na sede do Município.

Com relação à educação, os alunos têm acesso à escola apenas até o ensino fundamental, na escola localizada no assentamento vizinho Nossa Senhora de Fátima. Nas demais modalidades de ensino, necessitam se deslocar até a sede do Município, o que se caracteriza como um fator limitante importante para os assentados.

As famílias deste assentamento estão organizadas em cinco grupos de base, cada um possuindo um coordenador, formando assim a coordenação do assentamento. Destes, dois compõem a coordenação regional do MST. Ainda há a comunidade do assentamento, que é composta por um conselho e um presidente. A organização das mulheres, embora informal, vem cada vez mais desenvolvendo atividades de artesanato, produção de medicamentos fitoterápicos e discussão sobre temas variados, demonstrando ter grande potencialidade para o assentamento.

6 CONCLUSÕES

Vivenciar as atividades de assessoria técnica, ambiental e social com agricultores assentados pela Reforma Agrária no Município de Tupanciretã, possibilitou compreender a realidade enfrentada pelo campesinato em uma região historicamente caracterizada por atividades agrícolas de larga escala, demonstrando que ainda existem muitas deficiências na forma como vindo sendo aplicadas as políticas públicas destinadas às famílias assentadas.

Por mais que órgãos como INCRA e suas instituições parceiras evoluam nas práticas de assistência técnica e extensão rural, na tentativa de realmente aproximar os agricultores das mudanças necessárias, ainda faltam subsídios que assegurem de forma digna e produtiva que os camponeses permaneçam nas áreas dos Projetos de Assentamento.

O atual Plano de Trabalho estabelecido pelo INCRA dispõe de ações que buscam as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, colocando-as entre as prioridades das equipes de ATES. Porém, são inúmeras as dificuldades encontradas pelos técnicos, começando pelo número reduzido de funcionários diante do número de famílias assistidas, e a falta de recursos destinados às atividades de ATES, principalmente com relação ao deslocamento da equipe até as áreas de atuação.

Outro desafio dentro desta nova proposta de assistência técnica, é qualificar o trabalho das equipes para além da aplicação de procedimentos técnicos, capacitando o agente extensionista para dialogar com as famílias assistidas, na tentativa de estimular que o agricultor se torne o sujeito transformador de sua própria realidade.

Dentro deste contexto, fica claro que o papel do extensionista educador não é o de julgar as atitudes dos camponeses como corretas ou não, e sim de dar subsídios para que entendam as conseqüências de seus atos, mostrando-lhes oportunidades de como modificar estes contextos.

Para esta interação ocorrer de forma consistente, o técnico precisa assimilar a situação social e econômica a que está inserido, compreendendo e respeitando as peculiaridades de famílias envolvidas nos processos de sociais do campo.

Foi buscando a compreensão da realidade das famílias assentadas pela Reforma Agrária que o INCRA propôs a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos. No caso da região de Tupanciretã, por serem mais antigos, os dezessete assentamentos necessitaram de planos de recuperação (PRAs), que foram construídos de

forma participativa entre as equipes de ATES e famílias assentadas, de acordo com as metodologias assumidas pela COPTEC.

Com a conclusão dos levantamentos realizadas nos assentamentos para formulação dos PRAs, pode-se ter uma noção mais concreta da situação de suas unidades produtivas, bem como das relações sociais e individuais das famílias assentadas. Estes dados deverão servir de base para o planejamento proposto pela COPTEC nas atividades de formação, capacitação e recuperação das áreas dos assentamentos.

Um exemplo prático da relevância dos diagnósticos, trata-se da utilização dos dados produtivos como argumento importante na busca por melhorias dentro políticas administrativas locais, uma vez que os PRAs revelaram os bons índices produtivos obtidos nas áreas de reforma agrária, que contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico do Município de Tupanciretã.

Como parte da metodologia dos PRAs, na busca por informações do contexto histórico dos assentamentos, pode-se observar que muitos assentados se emocionavam ao lembrar sua difícil trajetória até se estabelecerem nos assentamentos, revelando sentimentos de orgulho por ter conseguido seu espaço de terra, misturado ao de revolta ao lembrar as situações vividas dentro dos acampamentos.

Durante o período do estágio, ao longo da convivência com as famílias na região, pode-se perceber também um distanciamento grande dos assentados em relação as “frentes de luta” dos movimentos sociais. A idade avançada dos assentamentos Tupanciretã pode justificar este afastamento, porém pode-se refletir que a luta destas famílias pela Reforma Agrária não terminou no momento em que foram assentadas, tendo que enfrentar até hoje as dificuldades de se estabelecer como unidades produtivas e auto-suficientes dentro dos assentamentos.

Para a equipe de ATES entender o histórico de luta dessas famílias facilita a compreensão das relações sociais estabelecidas dentro dos assentamentos, muitas iniciadas ainda nos acampamentos, que precisam ser avaliadas no planejamento das ações coletivas propostas pela equipe de ATES.

Com os PRAs foi possível perceber as deficiências existentes nos sistema de educação, que não prevê de maneira adequada o acesso as escolas nas áreas rurais, principalmente no caso de educação para adultos, como pode ser comprovado nos dados do Assentamento Nossa Senhora da Conceição, onde 78% dos assentados não conseguiram terminar o ensino fundamental. Informações como estas também devem ser consideradas no planejamento dos processos de capacitação aplicados pela equipe de ATES.

Estas dificuldades também foram vistas com relação aos serviços básicos de saúde, onde a precariedade das estradas de acesso ao assentamento pode impedir o deslocamento de enfermos até o centro urbano do Município para receber atendimento. O mesmo ocorre com o atendimento as criações animais, realizado principalmente pelo Veterinário da cooperativa de leite dos assentados da região, a COOPERTERRA, prejudicando o trabalho do técnico, gerando grandes prejuízos aos sistemas produtivos dos assentados.

Com relação ao panorama da produção obtido com a elaboração dos PRAs, apesar de grande exploração da bovinocultura leiteira, pode-se perceber a influência ainda forte do contexto histórico da região, voltado principalmente para o cultivo da soja, inclusive dentro das áreas de assentamento.

A produção de soja da maneira com vem sendo realizada, com base no monocultivo de sementes transgênicas com uso intenso de insumos químicos, contradiz completamente as propostas de desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Propostas estas que são amplamente debatidas nas instâncias de bases dos movimentos sociais e pela assessoria técnica, ambiental e social, sendo que as mudanças necessárias devem constar nos programas que serão descritos no segundo produto gerado pelos PRAs, o Plano de Ação para Desenvolvimento Sustentável dos Projetos de Assentamento.

Em relação ao fator econômico produtivo, os PRAs também revelaram que a renda anual da produção leiteira é significativamente maior que a da soja, podendo servir de forte argumento pelos técnicos nas recomendações referentes a matriz produtiva das unidades familiares.

Outro fator comprovado na análise dos dados produtivos, é a que diversificação das atividades agropecuárias pode aumentar consideravelmente a renda das famílias ao longo do ano produtivo. Esta é uma característica histórica da agricultura familiar que foi substituída pelos pacotes agrícolas dos monocultivos, mas que mais uma vez demonstra garantir a segurança econômica e alimentar para as famílias assentadas. Isto também estimula a produção para auto-consumo, podendo esta renda economizada ser aplicada para outros fins.

Conforme objetivo proposto por este relato, a elaboração dos PRAs mostrou-se como uma importante ferramenta para as equipes de ATES, auxiliando no planejamento das atividades, buscando, com base nos dados levantados pelos próprios assentados, ações que realmente possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Além de ser uma ótima estratégia de formação aos técnicos, pois permite uma noção completa do público ao qual vai assessorar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Agrária – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria técnica, social e ambiental: Manual Operacional**. Brasília: MDA/INCRA, 2008. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal>> Acesso em: 08 out. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução CONAMA Nº 387/2006: "Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res06/res38706.pdf>>. Acesso em 19 out. 2009.

FORTES, A. B.; **Compêndio de Geografia Geral do Rio Grande do Sul**. Rio Grande do Sul: Editora Sulina, 1979. 126 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 93 p.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira e Cartografia Geográfica Crítica**. 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5631.html>>. Acesso em 10: out. 2009.

IBGE. **Banco de dados: cidades**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 out. 2009.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul. Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo. **Relatório Ambiental do Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição (Tupanciretã/RS)**: documento para solicitação de Licenciamento de Implantação e Operação (LIO). Rio Grande do Sul: INCRA/RS, 2006.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul. Cooperativa de Assistência Técnica Ltda. **Plano de Recuperação dos Assentamentos: Projeto Estadual de Assentamento Nossa Senhora da Conceição (Tupanciretã/RS)**. Rio Grande do Sul: INCRA/RS, 2009.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Rio Grande do Sul. **Projeto Básico visando a licitação para a Prestação de Serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), e elaboração de PDA ou PRA para as famílias assentadas no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: INCRA/RS, 2008. Disponível em: <<http://www.comprasnet.gov.br/>>

STEDILE, J.P.; FREI SÉRGIO GORGEN. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed Página Aberta, 1993. 118p.